

## XV - OS IMPACTOS DOS SISTEMAS POLÍTICOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Silvio Gomes Ferreira<sup>53</sup>, Glêndara Aparecida de Souza Martins<sup>54</sup>,  
Warley Gramacho da Silva<sup>55</sup>, Wesley da Silva Santos<sup>56</sup>.

### RESUMO

Aquém da obrigatoriedade imposta pela constituição de 1988, a educação tornou-se ferramenta de sobrevivência na sociedade, sendo foco de debates e críticas em função de sua forte ligação com as questões sociais. Nos primeiros conceitos de sociedade, a família estabelecia suas próprias regras educacionais e transmitia de forma prática os conhecimentos necessários. No Brasil, alguns fatores importantes traçaram a linha evolutiva da educação, tais como: a escola Jesuíta, a constituição, a LDB e o Saeb, no entanto, vários gargalos ainda são persistentes nos sistemas educacionais e inúmeras políticas públicas buscam a solução definitiva desses problemas. Nesse contexto o presente trabalho objetiva uma abordagem em torno da evolução educacional brasileira, baseada nas transformações e nos impactos dos sistemas políticos.

**Palavras-chave:** Educação, política, história.

### ABSTRACT

Short of the requirement imposed by the constitution of 1988, the education became a tool for survival in society, is the focus of debate and criticism due to its strong link with social issues. In the early concepts of society, the family established its own educational rules conveyed in a practical knowledge required. In Brazil, some important factors have traced the evolutionary line of education, such as the Jesuit school, the constitution, LDB and Saeb, however, several bottlenecks are still persistent in many educational systems and public policies seek the ultimate solution of these problems. In this context the present paper aims an approach around the Brazilian educational progress, based on the changes and impacts of political.

**Keywords:** Education, Politics, History.

### INTRODUÇÃO

A educação, de maneira geral, é percebida de forma diferenciada por aqueles que estão envolvidos em seu processo ou que apenas usufruem das suas consequências. Os sistemas educacionais variam de forma significativa de um país para outro e até mesmo de uma região para outra, em termos de conteúdos

---

<sup>53</sup> Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins. Email:

<sup>54</sup> Professora Assistente da Universidade Federal do Tocantins, Mestre. Email:

<sup>55</sup> Professor Assistente da Universidade Federal do Tocantins, Mestre. Email:

<sup>56</sup> Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins. Email:

ministrados, métodos de ensino, estruturas educacionais e administrativas, capacitação profissional, entre outros aspectos que provocam o estudo frequente dos motivadores dessa variação.

Andriolli e Santos (2011) apontam a globalização e a política neoliberal como ferramentas impactantes na educação. De acordo com os autores, a era da globalização apresenta convergências, mas se esquece dos limites, ou seja, tais impactos são gradativamente absorvidos de tal modo a se tornarem “normal”, influenciando o silêncio e o abandono do diálogo crítico sobre a realidade educacional do país. Crescem as corporações e a indústria nos mais variados setores, a abertura política e principalmente econômica marca o contexto atual do Brasil, no entanto, a autonomia é perdida ao longo dos anos.

A educação universal tratada por positivistas, apresentada por Gasparin e Faustino (2001), tem como função primordial a conciliação social e o respeito à hierarquia social, sendo uma apropriação individual dos valores do conhecimento onde o currículo escolar, independente da política pública que o determina, deve estar organizado de forma a construir a ciência mais elaborada e simples, evitando a abstração. No entanto, a educação, iniciada desde a infância pelos pais, nem sempre apresenta características simplórias, do contrário está enredada em sistemas e alavancas políticas que incidem tanto sobre a cultura quanto sobre as metodologias de construção educacional, estando totalmente vinculada ao contexto sócio-político e econômico do país.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo abordar a evolução da educação brasileira, desde os períodos coloniais até a era da globalização, baseados nas transformações e nos impactos dos sistemas políticos.

## **A EDUCAÇÃO NOS PRIMÓRDIOS DA SOCIEDADE**

Ao relatar o primeiro passo de uma sociedade em prol da educação, acompanham-se dois períodos divididos entre ausência e presença da escrita. Na era pré - escrita os povos dedicavam-se à terra de maneira geral, e os conhecimentos e regras de convívio social eram transmitidos, na prática, por gerações, até o surgimento da chamada “classe ociosa”. De acordo com Enguita (1989) juntamente com essa classe surge uma educação diferenciada, ou seja, a escola que era de acesso exclusivo a essa nova forma de sociedade. Porém, o autor destaca ainda, que até a Idade Média a maioria continuava a utilizar seu próprio modelo educacional. Assim, inventaram e reinventaram a escola e nelas introduziu-se a força toda a população infantil, transformando as salas de aula em locais adequados ao convívio social e ao preparo para o mercado de trabalho.

Nas chamadas comunidades primitivas destacam-se alguns povos, como exemplo, a educação Espartana que objetivava a formação de bons soldados para abastecer o exército da polis. Mota (2005) relata que nas sociedades orientais há evidências de que o aprendizado iniciou-se em torno dos regimes das chuvas e das estiagens, a drenar os pântanos para ampliar a área de cultivo, marcando o desenvolvimento de novas técnicas de plantio e possibilitando um aumento considerável na produção de alimentos.

Para Carvalho (2001) o antigo modelo educacional antecede à plena formação da figura social do cidadão. De acordo com o autor o modelo educacional da época arcaica não foi igual em todos os lugares nem em todas as Cidades-estado podendo associá-lo a práticas sociais como a importância da

hereditariedade, o respeito aos costumes, à moral, a preservação da autoridade doméstica, do patriarcalismo, a religiosidade doméstica e o cultivo da poesia, do canto e do manejo de instrumentos musicais. Carvalho (2001) destaca ainda que na educação antiga o que era certo já estava definido pela tradição, não era objeto de especulações.

Lobato (2001) aborda a educação na Grécia, destacando a visão grega onde a razão sobrepunha os mitos e atuava como serviço ao próprio homem, ou seja, os gregos glorificavam o homem como o ser mais importante do universo. Porém a autora destaca ainda que, já no final da época arcaica, não bastava a honra e a glória, ou seja, o homem passa a ser visto como um ser crescente em domínio de si pela libertação de seus instintos, desejos e paixões submetidos à razão, ou seja, era um ideal de equilíbrio, culminando nesse período ao surgimento da figura do pedagogo que, na época era representado pela figura do escravo que acompanhava o menino à escola e que vigiava o seu comportamento moral. Porém esse raciocínio educativo não era restrito à escola, uma vez que as cidades continuavam educando nas reuniões políticas, administrativas e jurídicas, nas artes, arquitetura e jogos. Em suma, a educação grega tinha como finalidade o desenvolvimento do cidadão e a formação do homem que adquiriu plena harmonia e domínio de si, além da preparação para a cidadania.

Costa (2002) trata da antiguidade ocidental, onde a educação era entendida como uma transmissão de técnicas adquiridas, ou seja, a pedagogia tinha como finalidade o aperfeiçoamento dessas técnicas através da iniciativa dos indivíduos. O autor destaca que a pedagogia não era considerada uma ciência autônoma, do contrário era parte da ética ou da política e tinha por finalidade o estudo da educação ministrada na infância. Abbagnano (2000) descreve que a reflexão em torno da pedagogia era dividida em natureza puramente filosófica e natureza empírica ou prática, objetivando o preparo da criança para a vida.

Costa (2003) destaca que a base do currículo educacional, na Idade Média, foi descrito pela obra *O casamento da Filologia e Mercúrio*, do cartaginês Marciano Capela, onde o autor trata das *Sete Artes Liberais*: gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, astronomia e a harmonia. De acordo com o autor, para os educadores da época, o conhecimento já existia inato no estudante.

Quando o assunto é a educação brasileira faz-se referência ao processo educacional desenvolvido pelos jesuítas. Nesse sentido, Almeida e Teixeira (2000) apresentam o poder de conquista desse grupo em um sistema educacional completamente alheio à realidade da vida da colônia e inclinado a satisfazer o ideal europeu, fornecendo aos elementos das classes dominantes uma educação clássica e assim se iniciou a educação no Brasil, respondendo aos interesses políticos da metrópole e aos objetivos religiosos da Companhia de Jesus.

De acordo com Romanelli (1997) as perspectivas do Brasil colônia apontavam para um desinteresse quase total pela ciência. Contudo, o autor destaca, que a educação jesuíta substituiu a catequese por uma educação de elite, tornando-se eficaz na construção do poder da colônia.

Em suma, a história da educação esteve a serviço de interesses alheios ao sentido real da formação de indivíduos, uma vez que a palavra de ordem, segundo Almeida e Teixeira (2003), era o domínio político e a submissão dos colonizados, dando à educação a definição de domínio de almas.

## A EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO A PARTIR DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Martins et al. (2009) destaca que não é possível tratar da evolução da educação sem tratar fatos como a queda da monarquia em 1889 que dá início ao que se denomina de Primeira República. Os autores afirmam que, a partir da constituição de 1891, se instaura o governo representativo e os estados ganham autonomia a partir do federalismo, favorecendo alguns estados e promovendo o crescimento desigual do país. No entanto, os autores destacam que para entender o fatores impactantes na educação é necessário analisar a organização social brasileira, considerando as relações econômicas, políticas e sociais.

Romanelli (2001) apresenta três fases da evolução do sistema educacional brasileiro: de 1930 até 1937 onde ocorreu a Reforma Francisco Campos e a luta dos pioneiros da Escola Nova contra as forças conservadoras da época levando a carta de manifesto de 1932; de 1937 até 1946 que traz consigo um regime político autoritário denominado de período do Estado novo, apresentando um intervalo nas lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais e o surgimento das Leis Orgânicas do Ensino as quais estruturaram o ensino técnico-profissional durante o período; de 1946 a 1961 quando é votada a constituição que restabelece o regime democrático no Brasil, reiniciando as lutas ideológicas em torno do projeto de lei para a construção das diretrizes e bases da educação do Brasil, sendo que em 1961 é promulgada a primeira LDB nº 4024/61.

Em seguimento, Martins et al. (2009) relatam que em 1964 observou-se uma crise na educação marcada pelo golpe militar e por acordos internacionais, culminando em práticas autoritárias e na supressão dos direitos constitucionais. Segundo os autores nesse período a educação no Brasil foi marcada pelo tecnicismo e por duas reformas, uma no ensino primário, outra no ensino superior.

Após a ditadura o Brasil reiniciou o processo de democratização com a aprovação da constituição de 1988, onde, entre outros, a população adquiriu o direito de eleger seus representantes a nível municipal, estadual e federal.

Dentre os principais avanços originados pela constituição destaca-se o investimento em educação. A constituição federal determina que, da receita de impostos, a União aplique pelo menos 18% em educação e os estados e municípios no mínimo 25%. De acordo com Schwartzman (1993) esta determinação é responsável pelo aumento dos recursos para educação ocorridos a partir de 1989, sendo que no início dos anos 90 esse montante atingiu quase 20 bilhões de dólares, atingindo cerca de 4,2% do PIB.

Neves (2002) afirma que, ainda durante o período da primeira república, as reformas nacionais de educação indicavam que as ideias e ideologias correspondiam às ideias do poder central. Segundo o autor, nesse período era positivista quem pensava a educação e efetivava as reformas educacionais.

Magalhães (2010) destaca que, a partir dos anos 20, os projetos de organização da educação passam a ser hegemônicos e referendados em estudos localizados sobre a educação, sendo São Paulo, Bahia, Distrito Federal, Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro os principais polos que focaram seus estudos na importância do desenvolver da educação.

Em nível superior a república traz consigo uma enorme proliferação de faculdades de direito. Azevedo (1976) descreve que, nos primeiros vinte anos da nascente república, foram criadas oito faculdades de Direito e três faculdades de

Engenharia culminando na expansão da discussão sobre a importância do ensino superior.

## A EDUCAÇÃO E A GLOBALIZAÇÃO

Diante da célebre frase “Nós vivemos na era da globalização, tudo converge, os limites vão desaparecendo” é impossível tratar da educação sem abordar o contexto dessas palavras. Para alguns autores globalização e neoliberalismo são marcas de nosso tempo, permeados nas ambiguidades dos diagnósticos e dúvidas acerca de uma sociedade e uma política mundial que apontem para processos de unificação e adaptação, assim como o nivelamento de padrões de consumo e uma massificação cultural.

Androlli e Santos (2011) destacam que a reflexão sobre os impactos e as consequências da globalização e da política neoliberal na educação não é algo recente. O autor afirma que o contexto atual, no Brasil, é marcado pela abertura política e econômica, que evidencia o crescimento das corporações, as megafusões, ou seja, algumas fronteiras são superadas ou reforçadas e, aos poucos, os países estão perdendo autonomia econômica e política. Para o autor essas transformações incidem tanto sobre a cultura como sobre a educação, uma vez que, a medida que o mundo se torna um grande mercado, a educação passa ser uma mera mercadoria oferecida como qualquer objeto de consumo.

Beck (1997) trata a globalização como a prepotência e a mundialização do capital, não se tratando apenas de um conflito *strict sensu*, ou seja, esse processo, erroneamente chamado de globalização, atinge de forma diferenciada e exclui a maior parte da população.

De acordo com Oliveira e Libâneo (1998) as transformações gerais da sociedade atual apontam a necessidade de compreensão do contexto da globalização, da revolução tecnológica e da ideologia do livre mercado, uma vez que a globalização é uma tendência internacional do capitalismo, sendo consequência imediata dessas variações as questões sociais.

No que tange as questões sociais Cardoso e Jaccoud (2011) apontam a constituição como divisor de águas por, entre outros, provocar a obrigatoriedade da educação no que se refere ao ensino fundamental. No entanto, para os autores, a construção dos direitos sociais de educação, saúde e proteção social reporta-se a uma estratégia de enfrentar a temática da desigualdade.

Cardoso e Jaccoud (2011) destacam, ainda, que a educação pode ser identificada como o mais antigo campo de ação social do estado no Brasil. As políticas de educação se identificam pela atual desvinculação tanto à regulação do trabalho quanto à necessidade. Para os autores, estas políticas assumem um caráter autônomo, ligado aos ideais de inclusão social pela oferta de determinados serviços públicos.

Fernandes (2003) afirma que na década de 90 a educação teria o papel estratégico de possibilitar a adaptação permanente dos recursos humanos aos processos de mudanças decorrentes do quadro econômico, ou seja, do ponto de vista institucional, o planejamento da educação atuaria na articulação dos processos de descentralização. Já administrativamente, objetivaria uma reforma educacional planejada visando a preservação da eficiência na provisão educacional, unindo administração pública e a os agentes sociais.



De acordo com Sousa (2006) as escolhas vem sendo convertidas em espaço de experimentação social visando eminentes possibilidades de desenvolver inovações. Para Fisher (2002) a inovação em gestão da educação pública pode ser entendida como uma relação que se estabelece entre sistema de ensino, escolas, comunidade, local e sociedade nacional e internacional.

Souza (2006) divide as inovações na gestão da educação em dois eixos de análise conceitual: o primeiro trata da inovação educacional focada em crises de paradigmas com mudanças em vários campos, já a segunda abrange a gestão da educação pública redimensionada a partir da Constituição de 1988 e do Plano Nacional de Educação (PNE) lançado em 2001. Em suma, a celeridade das transformações em função das políticas públicas, dos processos de globalização torna complexa a conceituação do que pode constituir inovação educacional, atingindo todos os âmbitos da atividade humana tais como a política, a economia, a cultura e a história.

Dentre os encaminhamentos sociais e políticos, o surgimento da LDB trouxe esclarecimentos importantes. Por definição, são três as modalidades da educação expressas na LDB 9394/96, são elas: educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional.

Os artigos 37 e 38 da referida LDB estabelece que a educação de jovens e adultos prevê cursos e exames supletivos a serem realizados no nível de conclusão do ensino fundamental, para maiores de 15 anos, e no nível de conclusão do ensino médio, para maiores de 18 anos. Enquanto para a educação especial os artigos 58 e 59 situam a categoria na rede regular de ensino para execução de um processo denominado inclusão. Já os artigos 39, 40, 41 e 42 abordam sobre a educação profissional, prevendo a interação profissional com as diferentes formas de educação, o trabalho, a ciência e a tecnologia (Brzezinski, 1997).

Dale (2004) afirma que não há efetivamente espaço para a expansão da escolarização ou das categorias curriculares, na medida em que estas são politicamente vinculadas, ou porque a sua recepção é voluntariamente imposta.

Steiner (2006) descreve que alguns estudos permitem antever a universalização da educação básica até 2030. No entanto a questão preocupante é a qualidade, uma vez que o exame do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) vem mostrando um diagnóstico pessimista, onde o total de alunos em nível crítico no terceiro ano do ensino médio é alto.

Nesse contexto, várias sugestões são frequentemente propostas visando desfazer esse gargalo, no entanto, a valorização docente evoluiu de forma decimais nessa pauta.

A profissão docente, estruturada a partir do século XV, sofre no tempo as consequências de uma defasagem salarial oriunda de políticas educacionais com foco na evolução metodológica e material, excluindo dos cálculos de eficácia o bem estar dos profissionais nela envolvidos. Outrora, em função dos constantes gargalos não resolvidos pelas políticas públicas brasileiras, fosse necessário reformular o foco de inovação dos gestores educacionais e investir em na qualidade de vida de quem ensina.

## **CONCLUSÃO**

Desde os primórdios da convivência em sociedade, a educação apresenta mutações provocadas, a priori, pela cultura e crenças das famílias que estabeleciam

seu próprio sistema educacional. Posteriormente a classe ociosa trouxe os primeiros passos da criação de uma escola e os escravos que acompanhavam as crianças a escola apresentaram a primeira definição para a profissão pedagogo. Alguns povos como a Grécia foram os pioneiros na gestão educacional, enquanto no Brasil a forte influência dos jesuítas e, a posteriori, da constituição e da LDB culmina em teorias, divisões e reformulações dos conceitos relacionados à educação, bem como em eternas discussões das chamadas políticas públicas educacionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALMEIDA, J. S.G.; TEIXEIRA, G.R.M. **A educação no período colonial: o sentido da educação na dominação das almas**. Revista Trilhas. 1(2): 56- 65. 2000.
- AZEVEDO, F. **A Transmissão da Cultura**. São Paulo: Melhoramentos/INL/MEC, 1976.
- BECK, U. Was ist Globalisierung? **Frankfurt am Main**: Suhrkamp, 1997.
- BRZEZINSKI, I. LDB **Interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.
- CARDOSO JR, J.C.; JACCOUD, L. **Políticas Sociais no Brasil**: Organização, abrangência e tensões da ação estatal. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap5.pdf> . Acesso em 12/08/2011.
- CARVALHO, E.J.G. **Sociedade em transformação**: educação em conflito. Acta Scientiarum. 23(1): 133-140, 2001.
- COSTA, R. **A educação na idade média**. A busca da sabedoria como caminho para a felicidade: Al-Farabi e Ramon Llull. Disponível em <http://www.ricardocosta.com/univ/felicidade.htm>. Acesso em 09/10/2011.
- DALE, R. **Globalização e educação**: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? Educação e Sociedade. Campinas. 25 (87): 423-460. 2004.
- ENGUITA, M.. **A longa marcha do capitalismo**. In: A face oculta da escola. Porto alegre: Artes Médicas, 1989
- FERNANDES, F.S. **Planejamento Educacional: Conceitos, Definições e Mudanças**. 2003. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT05-1850--Int.pdf>. Acesso em 11/08/2011.
- FICHER, T.. **Depoimento sobre as trajetórias da qualificação para a administração pública no Brasil e itinerários**. 2002. Disponível em <http://www.flem.org.br/cadernosflem/Artigos/Cadernos6/Cadernos6-DepoimentoSobreTrajetoriasDaQualificacao.pdf>. Acesso em 09/10/2011.
- GASPARIN, J.L.; FAUSTINO, R. C. **A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história**. Acta Scientiarum.1(23). Maringá, 2001.
- LOBATO, S.V. **Revisando a educação na Grécia antiga: a paidéia**. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Pedagogia). Unama. Pará. 2001
- MAGALHÃES, L.D.R. **A educação na primeira república**. 2010. Disponível em: <http://www.w.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigosframes/artigo057.html>. Acesso em 09/10/2011.
- MARTINS, I., SOARES, R.N. **Estrutura e Funcionamento da Educação**. Editora da Universidade Federal Rural de Pernambuco. V.1. Recife. 2009.
- MOTA, M.B. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. v.1. 2005.

NEVES, E. F. **História Regional e Local**: fragmentos e recomposição da História na crise da modernidade. Salvador: UEFS/ARCADIA, 2002.r

OLIVEIRA, J.F., LIBÂNEO, J.C. **A Educação Escolar**: sociedade contemporânea. In: Revista Fragmentos de Cultura, v. 8, n.3, p.597-612, Goiânia: IFITEG, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil**. Revista Vozes. 19 ed. Petrópolis. 1997.

ROMANELLI, O. **História da educação brasileira** . Revista Vozes. 25. ed. Petrópolis. 2001.

SANTOS, R. ANDRIOLI, A.I. **Educação, Globalização e Neoliberalismo**: o debate precisa continuar. Disponível em <http://www.rieoei.org/deloslectores/905Santos.pdf>. Acesso em 12/08/2011.

SCHAWARTZMAN, S. **A educação no Brasil em uma perspectiva de transformação**.1993. Disponível em : <http://www.schwartzman.org.br/simon/transform>. htm. Acesso em 09/10/2011.

SOUZA, M.G.G. **Inovação em gestão da educação pública**: questões conceituais. 2006. Disponível em [www.smec.salvador.ba.gov.br](http://www.smec.salvador.ba.gov.br). Acesso em 13/08/2011.

STEINER, J.E. **Conhecimento**: gargalos para um Brasil no futuro. Estudos Avançados. 20 (56): 75-90. 2006.

#### **DIREITOS AUTORAIS**

Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo do material impresso incluídos neste trabalho.